



PORTE PAGO

DR/SP

ISR - 40 - 3051/81

Diário Oficial

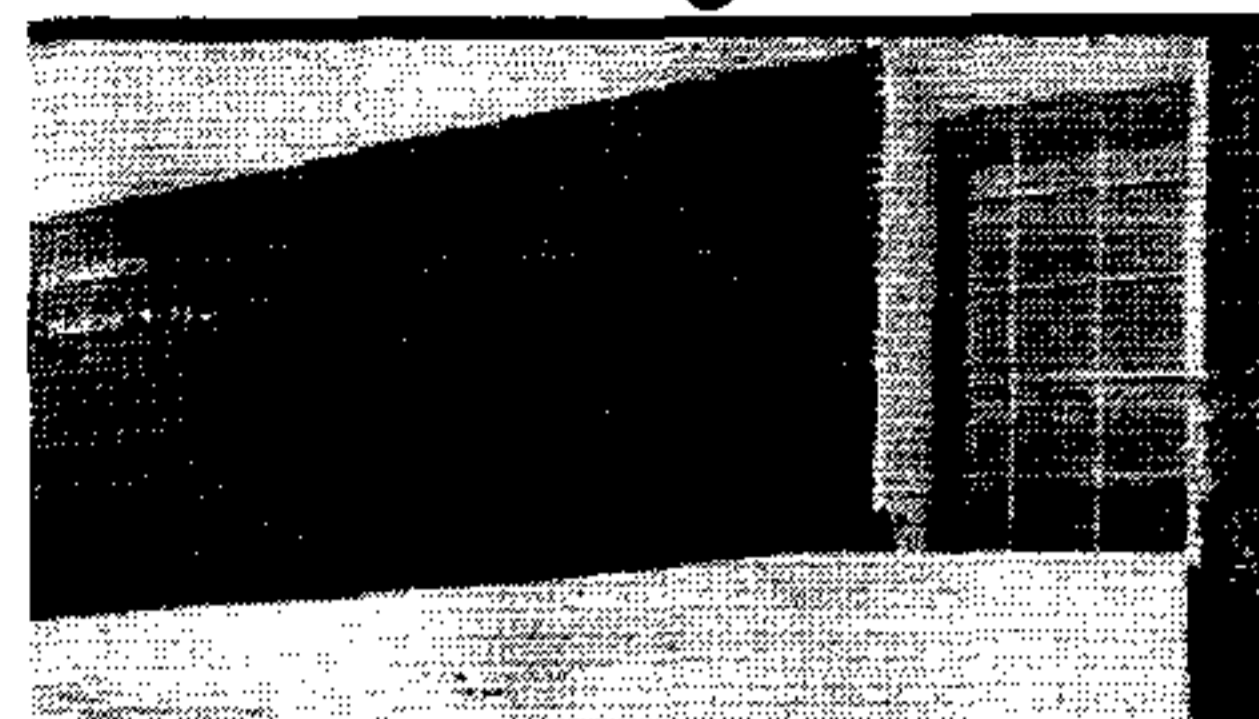
Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura

Presidente: Paulo Kobayashi

1º Vice-Presidente: Vaz de Lima
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva1º Secretário: Milton Monti
2º Secretária: Maria Cecília Passarelli3º Secretário: Roque Barbieri
4º Secretário: Sylvio MartiniPalácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº
Ibirapuera - Fone: 886-6122

Poder Legislativo

<http://www.imesp.com.br>

Volume 107 • Número 191 • São Paulo, quarta-feira, 8 de Outubro de 1997

LEIS

Lei nº 9.797, de 7 de outubro de 1997

(Projeto de Lei nº 871, de 1995
do Deputado Pedro Dallari - PSB)*Acrescenta dispositivos ao artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, que dispõe sobre licitações e contratos.*

O Presidente da Assembléia Legislativa: Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Acrescente-se ao artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, o seguinte inciso VI:

"VI - comprovação, pelos interessados na realização de obras, serviços ou vendas para o Estado, da observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal."

Artigo 2º - Acrescente-se ao artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, o seguinte § 6º, renumerando-se os subseqüentes:

"§ 6º - A documentação relativa à comprovação do disposto no inciso VI consistirá de prova de situação regular perante o Ministério do Trabalho."

Artigo 3º - A exigência a que se referem os artigos anteriores manter-se-á suspensa no período de seis meses a contar da publicação desta lei, ficando o Poder Executivo autorizado a prorrogar este prazo uma única vez e por igual período.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de outubro de 1997.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente
Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de outubro de 1997.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

Lei nº 9.798, de 07 de outubro de 1997

(Projeto de Lei nº 291, de 1.996
do Deputado Afanasio Jazadji - PFL)*Dispõe sobre a construção de escadas para peixes em barragens edificadas em cursos de água de domínio do Estado.*

O Presidente da Assembléia Legislativa: Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - É obrigatória a construção de escadas para peixes em barragens edificadas ou a serem implantadas nos cursos de água de domínio do Estado.

Parágrafo único - Nas barragens já existentes, a obrigatoriedade da construção referida no "caput" deste artigo dependerá de parecer técnico exarado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, em face das características do projeto.

Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Artigo 3º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente e suple-

mentadas, se necessário, devendo os orçamentos futuros destinar recursos específicos para seu fiel cumprimento.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 07 de outubro de 1997.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente
Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 07 de outubro de 1997.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

ORDEM DO DIA

8 DE OUTUBRO DE 1997

145ª SESSÃO ORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1- Discussão adiada e votação do Projeto de lei nº 150, de 1997, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre as diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos municípios de interesse regional do Estado. Com emendas. Parecer nº 1377, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de nºs 24, 30, 31, 34, 37, 41, 46, 54, 55 e 56, com subemendas e contrário às demais. Parecer nº 1378, de 1997, de relator especial pela Comissão do Meio Ambiente, favorável ao projeto, com emenda, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, às de nºs 24, 30, 31, 34, 41, 46, 54, 55 e 56, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça, à de nº 39, com subemenda e contrário às demais. Parecer nº 1379, de 1997, do Congresso das Comissões de Assuntos Metropolitanos e de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, à emenda de nº 1 do relator especial pela Comissão do Meio Ambiente, às de nºs 24, 30, 31, 34, 41, 46, 54, 55 e 56, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça, à de nº 39, na forma da subemenda do relator especial pela Comissão do Meio Ambiente e contrário às demais. Com emendas e substitutivo apresentados nos termos do inciso II do artigo 175 da VIII Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 1421, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2- Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 1, de 1997, apresentado pelo Sr. Governador, acrescentando dispositivo ao Decreto-lei Complementar nº 7, de 1969, que dispõe sobre entidades descentralizadas. Parecer nº 231, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1188, de 1997, (Autógrafo nº 23110), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer nº 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 596, de 1993, (Autógrafo nº 23331), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roque Barbieri, dispondo sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Nordeste do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). Parecer nº 190, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 802, de 1993, (Autógrafo nº 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer nº 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 560, de 1994, (Autógrafo nº 23398), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, dispondo sobre a construção da Rodovia Parelheiros-Itanhaém. Parecer nº 869, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 91, de 1995, (Autógrafo nº 23378), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Carlos

Tonin, dando a denominação de "Oscar Steffen" à Estação de Transformação e Distribuição (ETD), da Eletropaulo, no município de Indaiatuba. Parecer nº 861, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 92, de 1995, (Autógrafo nº 23454), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre o transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares fardados. Parecer nº 873, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 105, de 1995, (Autógrafo nº 23455), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão, dispondo sobre as contribuições devidas à Carteira da Previdência das Serventias não oficializadas de Justiça do Estado. Parecer nº 870, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 367, de 1995, (Autógrafo nº 23609), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Clóvis Volpi, alterando a Lei nº 9849, de 26/09/1967, que autorizou o Poder Executivo a constituir a Fundação "Padre Anchieta" - Centro Paulista de Rádio e TV-Educativa. Parecer nº 1185, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 368, de 1995, (Autógrafo nº 23347), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Uebe Rezek, dispondo sobre a criação do programa de reciclagem para os médicos do Estado. Parecer nº 508, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 579, de 1995, (Autógrafo nº 23461), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Campos Machado, autorizando o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta de São Paulo - UnAB/SP. Parecer nº 874, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 592, de 1995, (Autógrafo nº 23499), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando o Executivo a firmar convênios para a prestação de serviço médico emergencial, gratuito, nas rodovias paulistas. Parecer nº 960, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 624, de 1995, (Autógrafo nº 23462), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo de Barros Filho, autorizando o Executivo a implantar o Serviço de Assistência Psicológica junto às unidades de ensino da rede estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23466), vetado totalmente, apresentado pela deputada Mariângela Duarte, regulando o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer nº 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 834, de 1995, (Autógrafo nº 23356), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, normatizando a criação de corpos voluntários de bombeiros. Parecer nº 514, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer nº 515, de 1997, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 862, de 1995, (Autógrafo nº 23471), vetado

totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, autorizando o Poder Executivo a realizar campanha de esclarecimentos à população paulista sobre o vírus HTLV-1 e sua transmissão pela amamentação. Parecer nº 875, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 899, de 1995, (Autógrafo nº 23487), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Djalma Bom, dispondo sobre o uso e exploração de cerrado no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 910, de 1995, (Autógrafo nº 23323), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pedro Dallari, autorizando o acesso, a título gratuito, de policiais militares às estações e trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Parecer nº 195, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 71, de 1996, (Autógrafo nº 23201) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando o Programa Estadual de Desestatização e dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético. Parecer nº 1799, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 3º e contrário ao § 6º do artigo 3º; ao inciso I do artigo 17 e ao artigo 39. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 112, de 1996, (Autógrafo nº 23584), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roberto Purini, instituindo a obrigatoriedade da realização de exame preventivo de hemoglobopatias em todas as maternidades públicas do Estado. Parecer nº 1213, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 125, de 1996, (Autógrafo nº 23388), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Aldo Demarchi, dando a denominação de "Dr. Aurélio José Frediani" à rodovia SP-332, que interliga Vinhedo a Louveira. Pareceres nºs 958 e 959, de 1997, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Transportes, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 237, de 1996, (Autógrafo nº 23481), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, autorizando o Poder Executivo a abrir processo licitatório para construção e exploração, pela iniciativa privada, de túnel ligando a ilha de São Vicente e o continente, em Santos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 267, de 1996, (Autógrafo nº 23632), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Caldini Crespo, dispondo sobre o controle de hanseníase no Estado de São Paulo. Parecer nº 1942, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 355, de 1996, (Autógrafo nº 23478), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Pivatto, dando a denominação de "Benedito Simão" à Delegacia de Polícia de Cosmópolis, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 426, de 1996, (Autógrafo nº 23572), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, instituindo o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar. Parecer nº 993, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto aos §§ 1º e 6º do artigo 1º, aos incisos VI, VII, VIII, X e XII do artigo 2º, ao artigo 3º e contrário ao projeto quanto às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 451, de 1996, (Autógrafo nº 23566), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Milton Flávio, dando a denominação de "Professor Nelson Brollo" à Escola Estadual de 1º Grau Núcleo Habitacional Luiz Zillo, em Lençóis Paulista. Parecer nº 1031, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 725, de 1996, (Autógrafo nº 23344), vetado

SUMÁRIO

Leis	1
Ordem do Dia	1
Pauta	3
Oradores Inscritos	3
Expediente	3
Atos Administrativos	4
Comissões	5
Debates	7
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	—

TRIBUNAL DE CONTAS

Este caderno, com 24 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.